

Gov. do RS fecha contas no azul e avalia reajuste ao funcionalismo

RS obtém superávit com rendas extras

Acordo da dívida, venda da Corsan, compensação da União e manobra contábil garantiram saldo de R\$ 3,6 bilhões em 2023

PAULO EGÍDIO

paulo.egidio@zerohora.com.br

O governo do Rio Grande do Sul encerrou o ano de 2023 com superávit orçamentário de R\$ 3,6 bilhões nas contas. O resultado é distinto do que estava previsto no orçamento do ano passado, que estimava déficit de R\$ 3,8 bilhões.

No total, a receita do governo foi de R\$ 81,9 bilhões no ano, frente a despesas de R\$ 78,3 bilhões. O resultado positivo só foi alcançado devido a quatro fatores extraordinários que impactaram na arrecadação.

O principal deles é o regime de recuperação fiscal (RRF), que reduziu em R\$ 4,8 bilhões o valor contabilizado para o pagamento da dívida com a União. Em anos anteriores, mesmo que o Estado não estivesse pagando a dívida, o valor das parcelas era contabilizado integralmente nos passivos. Agora, são incluídos apenas os valores previstos para pagamento, que voltou a ser feito de maneira escalonada, sem que o governo tenha de desembolsar mensalmente o valor integral das parcelas.

Outros recursos extras contabilizados na caixa estadual tiveram origem na privatização da Companhia Riograndense de Saneamento (RS 4 bilhões).



Secretária Prícilla Santana apresentou os detalhes ontem

Pesaram ainda compensação do governo federal pelas perdas do ICMS de 2022 (R\$ 1,4 bilhão) e uma manobra contábil que restituiu recursos de outros poderes ao Executivo (R\$ 627 milhões). Sem esses elementos, o Rio Grande do Sul terminaria o ano com déficit de R\$ 7,2 bilhões.

ICMS

A secretária da Fazenda, Prícilla Santana, salientou que esse é o terceiro ano consecutivo que o Estado fecha em superávit. Ela ponderou que, em anos anteriores, também houve receitas extras que turbinaram a receita, como privatizações e compensações da União.

— O crescimento que tivemos na receita foi decorrente de eventos extraordinários. Sem esse feito, nossa receita andaria “de lado” em 2023. Estamos sentindo muita falta dos recursos que tínhamos nas alíquotas de ICMS das blue chips, e a compensação trazida pela União foi insuficiente — disse a secretária, que detalhou os números ontem, em uma apresentação na sede da Fazenda.

A expressão blue chips faz referência aos setores de combustível, energia e comunicações, que tinham alíquotas de ICMS maiores do que a alíquota geral. No entanto, essa cobrança diferenciada foi proibida por decisão do Congresso Nacional em 2022.

Gov. avalia correção para servidores

O governo do Estado também conseguiu fechar o exercício de 2023 com as despesas para pagamento de pessoal abaixo do limite prudencial definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Na prática, isso possibilita que o Palácio Piratini conceda aumentos salariais, altere a estrutura de carreiras, crie novos cargos e promova servidores. O governo fechou o ano gastando 45,03% da receita corrente líquida com os servidores. O limite prudencial da LRF é de 46,55% e o máximo, de 49%.

O movimento abre espaço para a concessão de reajustes e promoções ao funcionalismo. A posição do Piratini, porém, é de cautela em relação ao cenário fiscal de 2024.

Na apresentação de ontem, a secretária Prícilla Santana disse que o Piratini tem planos de conceder reajustes e melhorar as carreiras, mas ainda não definiu os parâmetros da correção e a extensão das mudanças.

A titular da Fazenda afirmou que a volta do Estado ao limite prudencial da LRF ainda não é “consistente e robusta”, mas que o governo está ciente das mobilizações das categorias.

Plano

Conforme a secretária, o governo deve apresentar um plano de correção “muito comedido” aos servidores, sem ganho real nos salários.

— O Estado não tem condições de dar aumento superior a qualquer índice inflacionário, ou de fazer concursos e promoções em todas as carreiras. Será um debate criterioso, em que faremos a conta do custo-benefício. Carreiras que estão há muito tempo sem reajuste terão prioridade e, à medida que houver espaço, vamos avançando. Mas certamente alguns vão se frustrar — alertou a secretária.

De outra parte, a secretária descartou o corte de benefícios fiscais de diferentes setores e dos itens da cesta básica, que passará a valer plenamente a partir de abril. A medida foi adotada pelo governo para compensar o fracasso na tentativa de elevação da alíquota geral do ICMS no fim do ano passado.

— Não há possibilidade de revisão (dos cortes), porque essas medidas não foram implementadas ainda e não temos condições de avaliar o potencial da arrecadação para fazer frente aos desafios do Estado. E nós trabalhamos com o cenário de progressividade — alegou.

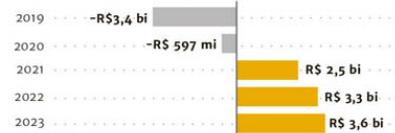
Conforme o plano apresentado pelo governo Leite, a retirada de 40% dos incentivos fiscais que são concedidos a 64 setores econômicos será gradual. A cada semestre, a partir de abril, o governo do Estado retiraria 10% dos benefícios.

Os números

Efeitos das receitas extras nas contas do Estado nos últimos anos

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Diferença entre arrecadação e despesa em cada ano



RESULTADO AJUSTADO*

Diferença entre arrecadação e despesa, sem considerar receitas e gastos extras



*O QUE PESOU EM CADA ANO:

- 2020 – receitas e despesas extras da pandemia
- 2021 – operações relacionadas à privatização da CEEE
- 2022 e 2023 – regime de recuperação fiscal, privatização da CEEE e Sulgás e compensações da União

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS



O Estado não tem condições de dar aumento superior a qualquer índice inflacionário, ou de fazer concursos e promoções em todas as carreiras. Será um debate criterioso, em que faremos a conta do custo-benefício. Carreiras que estão há muito tempo sem reajuste terão prioridade.

PRICILLA SANTANA
Secretária estadual da Fazenda

Detalhe ZH

A partir de hoje, o ICMS cobrado sobre o litro da gasolina vai subir R\$ 0,15. Já sobre o litro do diesel, o aumento será de R\$ 0,12. É o primeiro aumento desde a lei federal, aprovada no ano passado, que definiu valor fixo nacional sobre a gasolina, o diesel e o quilo do gás de cozinha. No caso do GLP, o aumento será de R\$ 0,16.

Débito com União será renegociado este ano

- Fator que mais pressiona as contas gaúchas, a dívida do governo do Estado com a União terá os termos renegociados novamente neste ano.
- O Palácio Piratini encaminhou ao Ministério da Fazenda uma proposta de alteração nos termos do regime de recuperação fiscal (RRF) e aguarda uma contraproposta federal.
- Na semana passada, o governador Eduardo Leite enviou ofício ao ministério cobrando resposta. A previsão é de que a manifestação chegue no final de fevereiro.
- O governo gaúcho pleiteia que a Secretaria do Tesouro Nacional adote nova interpretação das regras de correção do passivo adotada desde 2015, que poderia abater até R\$ 12 bilhões da dívida, que hoje supera os R\$ 92 bilhões.
- Além disso, almeja adotar novo índice de atualização para os anos seguintes. Em vez do indicador atual, que considera a taxa Selic e a inflação, a proposta é de que a atualização passe a ser de 3%, mesmo percentual cobrado dos agricultores beneficiados pelo Plano Safra.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Pagina: 10